

NOTA 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA.

A Baumer S.A. (“companhia”) e suas controladas atuam no desenvolvimento, industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em equipamentos médico-hospitalares, de saúde em geral, científica, hoteleira, operando no país e no exterior. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada no estado de São Paulo.

Desde sua fundação em julho de 1952 a Baumer nunca parou. Cresceu e se desenvolveu em ritmo acelerado. Incorporou tecnologias, empresas, produtos, conceitos e ideias. Tudo para garantir a precisão na linha de produção e manter a liderança no mercado de implantes ortopédicos do Brasil, além de uma posição de destaque em outros segmentos do mercado em que atua como esterilização, lavanderia, centro cirúrgico, tratamento de água e tratamento de resíduos sólidos de saúde.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data das demonstrações financeiras.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

2.4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A estimativa de perdas de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas a vencer e vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

2.5. ESTOQUES

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável.

A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.6. INVESTIMENTOS

são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.7. IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis.

2.8. INTANGÍVEIS

Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada.

Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimentos e inovação realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide nota explicativa 06). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo.

2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

2.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente.

2.12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização.

2.13. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e é aprovada pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas.

2.14. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis.

2.15 – DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia.

2.16. APURAÇÃO DO RESULTADO E CRITÉRIO DE RECONHECIMENTO DE RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente

reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.

2.17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

a) Ativos financeiros a custo amortizado:

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

e) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

- Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o

método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

2.18. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas.

2.19. ARRENDAMENTOS

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia não teve impactos significativos com a nova norma do CPC 06 (IFRS 16), em virtude de não ter arrendamentos que possuem tal característica.

2.20 NORMAS COM ADOÇÃO INICIAL EM 2020 NÃO DESCRITAS NOS ITENS ANTERIORES

Emendas do CPC 26 e CPC 23: Definição de Materialidade

As emendas do CPC 26 e do CPC 23, esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Essas emendas entraram em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não apresentam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.

2.21. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

NOTA 3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS.

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, além de outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- c) análise da recuperabilidade de ativos intangíveis;
- d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores;
- f) imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- g) provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

NOTA 4. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

São demonstrados pelos valores atuais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

b) FINANCIAMENTOS

A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para o financiamento de suas operações.

A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para o financiamento de suas operações.

c) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.

A Companhia e suas controladas são partes em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes das atividades normais de seus negócios. As respectivas provisões foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como “provável” tendo por base a estimativa de valor em risco determinada pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração

da Companhia estima que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Atualmente a Administração não consegue informar de forma segura o cronograma de pagamento das provisões reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A limitação se deve aos processos serem relativamente recentes e ainda estarem em discussão nas esferas administrativas e/ou judiciais.

NOTA 5. COBERTURA DE SEGURO.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

NOTA 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de

liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras.

NOTA 7. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.

A sociedade concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, podendo a qualquer momento fazer a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria e Conselho de administração, inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

NOTA 8. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, os quais foram realizados em condições normais de mercado para os respectivos tipos de operações.

NOTA 9. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração o modelo de gestão adotado pela Administração para gerenciamento do negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

Unidade Ortopedia produz e comercializa implantes e instrumentais ortopédicos.

Unidade Hospitalar é voltada para a produção e comercialização de equipamentos para hospitais, indústrias farmacêuticas, químicas, de cosméticos e de alimentos.

Unidade Genius é ligada a área de biomateriais.

Unidade Castanho é voltada para a produção e comercialização de equipamentos para lavanderia hospitalar, industrial e hoteleira.

NOTA 10. DELIBERAÇÃO CVM nº 550.

Determina que a Companhia divulgue todos os seus instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ou não, como ativo ou passivo, em seu balanço patrimonial.

A Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de câmbios ou taxa de juros, inclusive operações com “duplo indexador” ou “target forward”, ou que de outra forma possam significar posições especulativas.

NOTA 11. EVENTOS SUBSEQUENTES.

Até a data da apresentação das referidas demonstrações financeiras, a Companhia não possui quaisquer eventos subsequentes que mereçam destaque em nota explicativa ou ajuste em seus balanços patrimoniais.

NOTA 12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho e administração e autorizadas para emissão em 12 de novembro de 2021.